

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDELÁRIA
EDITAL CARTA CONVITE Nº 22/2019
TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO

O **PREFEITO MUNICIPAL DE CANDELÁRIA**, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com a Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, torna público para o conhecimento dos interessados, que às **10h do dia 17 de setembro de 2019**, no Centro Administrativo – Divisão de Licitações, localizado na Prefeitura Municipal de Candelária – Av. Pereira Rêgo, nº 1665, se reunirá com a finalidade de receber propostas para a **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LEILOEIRO OFICIAL PARA CONDUÇÃO DE LEILÕES PÚBLICOS DE BENS INSERVÍVEIS DO MUNICÍPIO DE CANDELÁRIA NO ANO DE 2019**.

Poderão participar desta licitação **exclusivamente microempresas, empresas de pequeno porte, empresário individual e cooperativas enquadradas no art. 34, da lei 11.488, de 2007, em conformidade com a Lei Complementar nº 123/06 e posteriores alterações e, Lei Municipal Nº 573 de 14 de dezembro de 2010**, do ramo pertinente ao objeto ora licitado, cadastradas ou não, desde que convidadas pelo órgão licitador, que o estenderá as demais cadastradas no Município de Candelária, que manifestar sua intenção de participar no prazo de 24h antes da hora aprazada para o recebimento dos envelopes de documentos e proposta.

Recomenda-se a leitura integral e acurada deste Edital, pois a apresentação de proposta implica aceitação tácita dos seus termos, tendo em vista a decadência do direito de impugnação, não cabendo à licitante alegação de desconhecimento das normas que regem o presente certame e a contratação.

1. OBJETO

1.1. Constitui objeto da presente licitação a CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LEILOEIRO OFICIAL PARA CONDUÇÃO DE LEILÕES PÚBLICOS DE BENS INSERVÍVEIS DO MUNICÍPIO DE CANDELÁRIA NO ANO DE 2019, conforme abaixo especificado.

ITEM	QUANT	UN	ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO
01	01	UN	LEILOEIRO OFICIAL PARA CONDUÇÃO DE LEILÕES PÚBLICOS DE BENS INSERVÍVEIS DO MUNICÍPIO DE CANDELÁRIA NO ANO DE 2019.



1.2. No período contratado há previsão para realização de 1 (um) leilão, podendo o mesmo ser repetido uma vez, caso algum item não tenha arrematante.

2. DA PARTICIPAÇÃO

2.1. DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES

2.1.1. Para participação no certame, a licitante, além de atender ao disposto no item 7 deste edital, deverá apresentar a sua proposta de preço e documentos de habilitação em envelopes distintos, lacrados, não transparentes, identificados, respectivamente, como de nº 1 e nº 2, para o que se sugere a seguinte inscrição:

**AO MUNICÍPIO DE CANDELÁRIA
EDITAL DE CARTA CONVITE Nº 022/19
ENVELOPE Nº 01 - HABILITAÇÃO
PROPONENTE (NOME COMPLETO)**

**AO MUNICÍPIO DE CANDELÁRIA
EDITAL DE CARTA CONVITE Nº 022/19
ENVELOPE Nº 02 - PROPOSTA
PROPONENTE (NOME COMPLETO)**

2.2. Não poderão participar desta licitação as empresas que se enquadram no disposto no Art. 9º da Lei 8.666/93.

3. DA HABILITAÇÃO

3.1. Para fins de habilitação neste convite, a **licitante pessoa jurídica**, deverá apresentar dentro do ENVELOPE Nº 01, os seguintes documentos:

a) Declaração sob as penas da Lei, expedida pela empresa participante, de que a mesma não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso, ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, de acordo com o que dispõe o Decreto nº 4.358, de 05/09/02, conforme modelo em anexo.

b) Declaração sob as penas da Lei, expedida pela empresa participante, de que a empresa não foi considerada inidônea para contratar com a Administração Pública.

c) Declaração, sob as penas da Lei, de que é beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006 com as alterações da Lei Complementar nº 147/2014.



3.1.1. REGULARIDADE JURÍDICA:

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual; ou
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; ou
- c) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

3.1.2. REGULARIDADE FISCAL:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ/MF);
- b) Alvará de localização fornecido pelo Município do estabelecimento, pertinente ao seu ramo de atividades;
- c) Prova de regularidade com a Fazenda Federal (Certidão Negativa de Débito de Tributos e Contribuições Federais expedida pela Secretaria da Receita Federal e Certidão Negativa de Débitos quanto à dívida ativa da União, expedida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional);
- d) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, relativa ao domicílio ou sede do licitante;
- e) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal, relativa ao domicílio ou sede do licitante;
- f) Prova de regularidade (CRF) junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

3.1.3. REGULARIDADE TRABALHISTA:

- a) Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho (CNDT – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – Lei nº 12.440/2011).

3.1.4 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

- a) Certidão de registro da atividade oficial de Leiloeiro, devidamente atualizada;
- b) Carteira de Exercício Profissional, devidamente atualizada.

3.2. Para fins de habilitação neste convite, a **licitante pessoa física**, deverá apresentar dentro do ENVELOPE Nº 01, os seguintes documentos:

- a) Declaração sob as penas da Lei, expedida pela licitante, de que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso, ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, de acordo com o que dispõe no inciso V do art. 27



da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999;

- b) Cópia de documento de Identidade;
- c) Cópia do comprovante de Cadastro de Pessoa Física – CPF;
- d) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal, relativa ao domicílio ou sede do licitante;
- e) Certidão de registro da atividade oficial de Leiloeiro, devidamente atualizada;
- f) Carteira de Exercício Profissional, devidamente atualizada.

OBSERVAÇÕES:

3.2. Os documentos de habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião, por servidor designado ou por publicação em órgão da imprensa oficial.

3.3. Os documentos que não indicarem seu prazo de validade deverão ser expedidos com até 90 dias de antecedência da data designada para o recebimento de documentos e propostas.

3.4. O licitante que possuir restrição em qualquer dos documentos de regularidade fiscal e trabalhista, previstos no item **3.1.2** e **3.1.3** deste edital, terá sua habilitação condicionada à apresentação de nova documentação, que comprove a sua regularidade em cinco dias úteis, a contar da data em que for declarada como vencedora do certame.

3.5. O benefício de que trata o item anterior não eximirá a microempresa e a empresa de pequeno porte, da apresentação de todos os documentos, ainda que apresentem alguma restrição.

3.6. O prazo de que trata o item 3.4 poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido por escrito pelo interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

3.7. A não regularização da documentação, no prazo fixado no item 3.4, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das penalidades previstas em Lei, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

4. DA PROPOSTA

4.1. O envelope nº 2 deverá conter a proposta financeira, rubricada em todas as páginas e assinada na última, pelo representante legal da empresa, mencionando o PERCENTUAL, devendo estar incluído todos os custos e encargos.



4.1.1. A Proposta financeira, que deverá ser feita de forma clara, sem conter rasuras e entrelinhas que prejudiquem a compreensão da proposta, deverá ser assinada pelo proponente ou representante legal.

4.1.2. Não será aceito pedido de faturamento para terceiros.

4.1.3. Não serão consideradas as propostas cujas condições estejam em desacordo com o solicitado no edital.

4.1.4. A proposta deverá ter validade de 60 dias a contar da data de abertura da carta convite.

4.1.5. Quaisquer inserções na proposta, que visem modificar, extinguir ou criar direitos, sem previsão legal no edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se a proposta no que não for conflitante com o instrumento convocatório.

4.1.6. APÓS A APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA, NÃO SERÁ ACATADO QUALQUER PEDIDO DE CANCELAMENTO DE ITEM, SEJA POR MEIO DE E-MAIL, FAX, OU QUALQUER OUTRO MEIO, COM JUSTIFICATIVA QUE HOUVE ERRO DE DIGITAÇÃO.

5. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

5.1. Esta licitação é do tipo **menor preço** e o julgamento será realizado pela Comissão Julgadora, levando em consideração o **MENOR PERCENTUAL**.

5.2. Esta licitação será processada e julgada com observância do previsto nos artigos 43 e 44 e seus incisos e parágrafos da Lei nº 8.666/93.

6. DO DESEMPATE

6.1. No caso de empate entre duas ou mais propostas, a classificação dar-se-á obrigatoriamente, por sorteio público, para o qual todos os licitantes serão convocados, na forma do art. 45, § 2º, da Lei nº 8.666/93.

7. CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

7.1. A proposta deverá ser feita em percentual a ser auferido sobre o valor total da arrematação, respeitando um limite mínimo de 5% (cinco por cento) e o máximo de 10% (dez por cento).

7.2. Serão desclassificadas as propostas que se apresentarem em desconformidade com este edital.

8. DOS RECURSOS



8.1. Em todas as fases da presente licitação, serão observadas as normas previstas no art. 109 e seguintes da Lei nº. 8.666/93.

9. DOS PRAZOS

9.1. Esgotados todos os prazos recursais, a Administração convocará o vencedor, para assinar o contrato no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666/93.

9.2. O prazo de que trata o item anterior, poderá ser prorrogado uma vez, pelo mesmo período desde que seja feito de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

9.3. Se dentro do prazo, o 1º colocado não assinar o contrato, será convocada a empresa proponente que obteve a 2ª colocação, em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, no mesmo momento a Administração notificará a empresa que não assinou o contrato, para que apresente as justificativas da desistência, julgando-as aceitas ou não para fins de aplicação das devidas sanções, ou então revogará a licitação, sem prejuízo da aplicação da pena de multa, no valor correspondente a 10% (dez por cento) do valor do contrato e mais a suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 02 (dois) anos.

9.4. A vigência do contrato será de sua assinatura até 31/12/2019.

10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. Deverá executar fielmente os serviços objeto deste edital;

10.2. Deverá auxiliar nas atividades necessárias à realização do leilão, assim como colaborar nas especificações dos bens a leiloar;

10.3. Administrar e custear todos os assistentes, auxiliares e outros recursos humanos necessários à boa condução dos procedimentos de leilões;

10.4 Adotar todas as demais providências e suprir todos os custos necessários à regularização e boa condução do leilão;

10.5 Divulgar os leilões através de publicações em meios eletrônicos, internet e demais meios necessários para divulgação do evento;

10.6. Apresentar prestação de contas, tais como Atas do Leilão, Relatório de vendas, cópias de comprovantes de pagamentos e demais atos referente ao leilão no prazo regulamentado.

10.7. Responsabilizar-se por todos os danos causados por seus funcionários à CONTRATANTE e/ou terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, devidamente apurados mediante processo administrativo, quando da execução dos serviços;



- 10.8.** Reparar e/ou corrigir, às suas expensas, os serviços efetuados em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução do serviço contratado;
- 10.9.** Manter, durante toda a execução do presente contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório.
- 10.10.** Todo o equipamento necessário para a efetivação do serviço é de inteira responsabilidade da contratada.

11. DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

- 11.1.** Fazer o levantamento e avaliação dos bens a serem leiloados e organiza-los da melhor maneira possível;
- 11.2.** Enviar dados técnicos e fotos digitais dos lotes;
- 11.3.** Franquear o livre acesso à vistoria dos bens, tanto ao Leiloeiro como aos interessados, em horário de expediente do Município;
- 11.4.** Designar o local onde será realizado o leilão;
- 11.5.** Determinar as providências necessárias quando os serviços não estiverem sendo realizados na forma estipulada neste edital, sem prejuízo da aplicação das sanções pertinentes, quando for o caso;
- 11.6.** Designar servidor pertencente ao quadro da CONTRATANTE, para ser responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução dos serviços objeto desse contrato.
- a) Os responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização do contrato serão os servidores Siegfried E. Vieira, Cesar Weiss, Luis Henrique da Silva, Dionatan Tavares da Silva.

12. DAS PENALIDADES

- 12.1.** Multa equivalente a 5% (cinco por cento) por dia de atraso, limitado esta a 10 (dez) dias de atraso, após o qual será considerado inexecução contratual.
- 12.2.** Multa equivalente a 10% (dez por cento) no caso de inexecução parcial do contrato, sobre o valor remanescente, cumulado com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração Pública pelo prazo de 02 (dois) anos.
- 12.3.** Multa equivalente a 10% (dez por cento) no caso de inexecução total do contrato, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração Pública pelo prazo de 02 (dois) anos.

13. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO



13.1. O Município de Candelária fica isento do pagamento da comissão prevista no artigo 24 do Decreto Federal 21.981 de 19 de outubro de 1932 e suas alterações, bem como quaisquer despesas sobre o serviço diretamente executados pelo Leiloeiro a fim de atingir os objetivos dos Leilões contratados.

13.2. O pagamento de todas as despesas do objeto será pago com o valor correspondente ao percentual proposto pelo LICITANTE, sobre o valor máximo arrematado no ato dos leilões concernente ao trabalho contratado.

13.3. Não cabe ao Município, qualquer responsabilidade pela cobrança da comissão devida pelos arrematantes, nem pelos gastos despendidos pelo Leiloeiro Oficial para recebê-la.

14. DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO – FINANCEIRO

14.1. Ocorrendo as hipóteses previstas no artigo 65, II, alínea “d”, da Lei nº 8.666/93, será concedido reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, requerido pela contratada, desde que suficientemente comprovado, de forma documental, o desequilíbrio contratual.

15. DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. Os documentos necessários para a participação deste certame devem ser apresentados em via original ou cópia autenticada.

15.2. Quando da abertura dos envelopes, somente poderão representar as empresas participantes, os proprietários, sócios administradores ou procuradores legais.

15.3. Em nenhuma hipótese serão aceitos quaisquer documentos ou propostas fora do prazo e local estabelecidos neste edital.

15.4. Não serão admitidas por qualquer outro motivo, modificações ou substituições das propostas ou quaisquer outros documentos.

15.5. Só terão direito de usar a palavra, rubricar as propostas, apresentar reclamações ou recursos, assinar atas e contratos, os licitantes ou seus representantes credenciados ou membros da Comissão Julgadora.

Observação: Não serão lançadas em ata consignações que versarem sobre matéria objeto de recurso próprio, como por exemplo, sobre os documentos de habilitação e proposta financeira (art. 109, inciso I, a e b, da lei 8.666/93).

15.6. Uma vez iniciada a abertura dos envelopes relativos à habilitação, não serão admitidos à licitação licitantes retardatários.

15.7. Não constituirá causa de inabilitação ou desclassificação a irregularidade formal que evidencie lapso isento de má-fé e não afete o conteúdo ou a idoneidade do documento.



15.8. Fica reservado ao Prefeito Municipal de Candelária – RS, o direito de anular parcial ou totalmente a presente licitação, em caso de ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

15.9. Fica reservado ao Prefeito Municipal de Candelária – RS, o direito de revogar parcial ou totalmente a presente licitação, a juízo da Administração, caso seja considerada inoportuna ou inconveniente ao interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta.

15.10. A anulação do procedimento licitatório por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar, ressalvado o disposto no art. 59, § único, da Lei nº 8.666/93.

15.11. A nulidade da licitação induz a nulidade do contrato, ressalvada a hipótese do art. 59, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93.

15.12. Os contribuintes que se encontram em débito para com a Fazenda Municipal local não poderão dela receber créditos de qualquer natureza, nem participar de licitação pública ou administrativa para o fornecimento de materiais, obras, equipamentos e prestação de serviços aos órgãos da Administração Municipal, direta ou indireta.

15.13. Todas as atas, termo de homologação e resultados relativos ao processo licitatório serão publicados na imprensa oficial para fins de ciência e intimação dos atos, qual seja, o site www.candelaria.rs.gov.br de acordo com a Lei nº 842 de 10 de maio de 2013.

15.14. Constituem anexos e fazem parte deste edital:

Anexo I - Modelo declaração de acordo com o inciso V do artigo 27 da lei 8.666/93 acrescido pela Lei nº 9.854/99.

Anexo II - Modelo declaração de idoneidade para licitar.

Anexo III- Anexo IV - Minuta do Contrato.

15.15. Maiores informações sobre o presente edital podem ser obtidas junto à Divisão de Licitações em dia e horário de expediente, pelo fone (51) 3743-8106 ou pelos e-mails licitacoes@candelaria.rs.gov.br e licitacoes2@candelaria.rs.gov.br.

Candelária, 21 de agosto de 2019.

PAULO ROBERTO BUTZGE
Prefeito Municipal

DIONATAN TAVARES DA SILVA
Secretário Municipal da Administração



Este Edital de Carta Convite nº 22/2019 foi revisado em 29 de agosto de 2019 e está de acordo com a legislação, ressalvado quanto ao objeto, uma vez que este exame desborda da análise jurídica.

TANAELA ELLWANGER MULLER
Subprocuradora do Município
OAB/RS N° 86.371

FRANCIÉLE SCHRÖDER
Procuradora-Geral do Município
OAB/RS N° 95.508



ANEXO I

MODELO: EMPREGADOR PESSOA JURÍDICA

DECLARAÇÃO

Ref.: (identificação da licitação)

....., inscrito no CNPJ nº....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade no..... e do CPF no, DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos. Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.

.....

(data)

.....

(representante legal)

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)



ANEXO II

DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE PARA LICITAR

Ref.: (identificação da licitação)

Declaro, sob as penas da Lei, para fins da(modalidade da licitação) nºque a empresanão foi declarada INIDÔNEA para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos do inciso IV, do artigo 87 da lei 8666/93, bem como que comunicarei qualquer fato ou evento superveniente à entrega dos documentos da habilitação que venha alterar a atual situação quanto a capacidade jurídica, técnica, regularidade fiscal e idoneidade econômica-financeira.

.....
(data)

.....
(representante legal)



ANEXO IV

CONTRATO Nº/19 (MINUTA)

Contrato de Prestação de Serviços, que celebram entre si, o **MUNICÍPIO DE CANDELÁRIA** e _____, para **SERVIÇOS DE LEILOEIRO OFICIAL PARA CONDUÇÃO DE LEILÕES PÚBLICOS DE BENS INSERVÍVEIS DO MUNICÍPIO DE CANDELÁRIA**, referente à Carta Convite nº 022/2019.

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE CANDELÁRIA**, Pessoa Jurídica de Direito Público, com sede na Av. Pereira Rêgo, 1665, CNPJ Nº 87.568.911/0001-06, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, **Sr. PAULO ROBERTO BUTZGE**, doravante denominado **CONTRATANTE** e, de outro lado, _____, CNPJ/ CPF Nº _____, com sede na _____, _____, Bairro _____, em _____, neste ato representada pelo Sr. _____, RG nº _____, doravante denominada **CONTRATADA**, celebram o presente Contrato com base no Processo Licitatório Carta Convite nº 022/19, homologado em _____ e pela Lei de Licitações nº 8.666/93, nos seguintes termos:

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA: Pelo presente contrato, a Contratada se obriga a prestar os serviços de leiloeiro oficial para condução de leilões públicos de bens inservíveis do Município de Candelária no ano de 2019.

Parágrafo Primeiro: No período contratado há previsão para realização de 1 (um) leilão, podendo o mesmo ser repetido uma vez, caso algum item não tenha arrematante.

DO VALOR DO CONTRATO E DA FORMA DE PAGAMENTO

CLÁUSULA SEGUNDA: O Município de Candelária fica isento do pagamento da comissão prevista no artigo 24 do Decreto Federal 21.981 de 19 de outubro de 1932 e suas alterações, bem como quaisquer despesas sobre o serviço diretamente executados pelo Leiloeiro a fim de atingir os objetivos dos Leilões contratados.

Parágrafo Primeiro: O pagamento de todas as despesas do objeto será pago com o valor correspondente ao percentual de _____, sobre o valor máximo arrematado no ato dos leilões concernente ao trabalho contratado.



Parágrafo Segundo: Não cabe ao Município, qualquer responsabilidade pela cobrança da comissão devida pelos arrematantes, nem pelos gastos despendidos pelo Leiloeiro Oficial para recebê-la.

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

CLÁUSULA TERCEIRA - A CONTRATADA deverá:

- I. Executar fielmente os serviços objeto deste edital;
- II. Auxiliar nas atividades necessárias à realização do leilão, assim como colaborar nas especificações dos bens a leiloar.
- III. Administrar e custear todos os assistentes, auxiliares e outros recursos humanos necessários à boa condução dos procedimentos de leilões;
- IV. Adotar todas as demais providências e suprir todos os custos necessários à regularização e boa condução do leilão;
- V. Divulgar os leilões através de publicações em meios eletrônicos, internet e demais meios necessários para divulgação do evento;
- VI. Apresentar prestação de contas, tais como Atas do Leilão, Relatório de vendas, cópias de comprovantes de pagamentos e demais atos referente ao leilão no prazo regulamentado.
- VII. Responsabilizar-se por todos os danos causados por seus funcionários à CONTRATANTE e/ou terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, devidamente apurados mediante processo administrativo, quando da execução dos serviços;
- VIII. Reparar e/ou corrigir, às suas expensas, os serviços efetuados em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução do serviço contratado;
- IX. Manter, durante toda a execução do presente contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório.
- X. Todo o equipamento necessário para a efetivação do serviço é de inteira responsabilidade da contratada

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

CLÁUSULA QUARTA – A CONTRATANTE deverá:

- I. Fazer o levantamento e avaliação dos bens a serem leiloados e organiza-los da melhor maneira possível;
- II. Enviar dados técnicos e fotos digitais dos lotes;
- III. Franquear o livre acesso à vistoria dos bens, tanto ao Leiloeiro como aos interessados, em horário de expediente do Município;
- IV. Designar o local onde será realizado o leilão;



V. Determinar as providências necessárias quando os serviços não estiverem sendo realizados na forma estipulada neste edital, sem prejuízo da aplicação das sanções pertinentes, quando for o caso;

VI. Designar servidor pertencente ao quadro da CONTRATANTE, para ser responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução dos serviços objeto desse contrato.

a) Os responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização do contrato serão os servidores Siegfried E. Vieira, Cesar Weiss, Luis Henrique da Silva, Dionatan Tavares da Silva.

DO INADIMPLEMENTO E SANÇÕES

CLÁUSULA QUINTA: Em caso de inadimplemento parcial ou total do presente contrato pela Contratada, demonstrado pelo descumprimento do objeto, lhe será(o) aplicada(s), sem prejuízo da aplicação das demais sanções previstas no art. 87, da Lei nº 8.666/93, do ressarcimento de eventuais perdas e danos, e da responsabilidade criminal, a multa no montante de 10% (dez por cento) sobre o valor contratado.

CLÁUSULA SEXTA- O não cumprimento de qualquer uma das cláusulas estabelecidas neste contrato importará na sua rescisão, conforme estabelece os artigos 77, 78 e 79 da Lei nº 8.666/93, com a respectiva aplicação das sanções administrativas previstas na Lei 8.666/93, quais sejam:

Parágrafo Primeiro: Multa equivalente a 5% (cinco por cento) por dia de atraso, limitado esta a 10 (dez) dias de atraso, após o qual será considerado inexecução contratual.

Parágrafo Segundo: Multa equivalente a 5% (cinco por cento) no caso de inexecução parcial do contrato, sobre o valor remanescente, cumulado com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração Pública pelo prazo de 02 (dois) anos.

Parágrafo Terceiro: Multa equivalente a 10% (dez por cento) no caso de inexecução total do contrato, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração Pública pelo prazo de 02 (dois) anos.

Parágrafo Quarto: As multas serão calculadas sobre o montante não adimplido do contrato.

CLÁUSULA SETIMA – Em caso de discrepância de qualidade e quantidade na prestação do serviço o contratado disporá de um prazo de 3 (três) dias úteis para proceder as correções ou substituições que se fizerem necessárias, conforme dispõe o art. 69 da Lei nº 8.666/93.



DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

CLÁUSULA OITAVA – A vigência do contrato será de sua assinatura, até 31/12/2019.

DOS ANEXOS

CLÁUSULA NONA– Fazem parte integrante desse contrato, independente de reprodução, a proposta apresentada pela Contratada, bem como a Carta Convite nº 022/19 e seus anexos.

DO FORO:

CLÁUSULA DÉCIMA – Quaisquer dúvidas, que em razão do Contrato venham a surgir entre as partes contratantes, serão dirimidas pelo Foro desta Comarca de Candelária.

E, por estarem de perfeito e comum acordo, firmam o presente contrato, em duas vias de igual teor e forma perante duas testemunhas.

Candelária,de de 2019.

PAULO ROBERTO BUTZGE
Prefeito Municipal

.....
Contratada

TESTEMUNHAS:

